Capital social e desenvolvimento. A participação política dos trabalhadores rurais de Mangue Seco	Titulo
de Holanda, Francisco Uribam Xavier - Autor/a	Autor(es)
La construcción de la democracia en el campo latinoamericano	En:
Buenos Aires	Lugar
CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales	Editorial/Editor
2006	Fecha
	Colección
Globalizacion; Trabajadores Rurales; Capital Social; Desarrollo Regional; Participacion Politica; Democracia; Politica Agraria; Reforma agraria; Mangue Seco ; Brasil; America Latina;	Temas
Capítulo de Libro	Tipo de documento
http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20100926020826/7deHolanda.pdf	URL
Reconocimiento-No comercial-Sin obras derivadas 2.0 Genérica http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.0/deed.es	Licencia

Segui buscando en la Red de Bibliotecas Virtuales de CLACSO
http://biblioteca.clacso.edu.ar

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO)
Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO)
Latin American Council of Social Sciences (CLACSO)
www.clacso.edu.ar

CLACSO
Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales
Conselho Latino-americano de Ciências Sociais
Latin American Council of Social Sciences

de Holanda, Francisco Uribam Xavier. **Capital social e desenvolvimento. A participação política dos trabalhadores rurais de Mangue Seco.** *En publicación: La construcción de la democracia en el campo latinoamericano*. de Grammont, Hubert C.. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Marzo 2006. ISBN: 987-1183-38-0

Disponible en la World Wide Web: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/gram/C07deHolanda.pdf

www.clacso.org	**RED DE BIBLIOTECAS VIRTUALES DE CIENCIAS SOCIALES DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE, DE LA RED DE CENTROS MIEMBROS DE CLACSO** http://www.clacso.org.ar/biblioteca biblioteca@clacso.edu.ar

Francisco Uribam Xavier de Holanda*

Capital social e desenvolvimento

A participação política dos trabalhadores rurais de Mangue Seco

NO MUNDO CONTEMPORÂNEO se fala tanto de Globalização como sinônimo da presença do mercado capitalista em todas as localidades do planeta, que acabamos por imaginar e aceitar, antecipadamente, a hegemonia e a homogeneidade dessa forma de produção material e simbólica. Já se afirma (Kanter, 1996) que os indivíduos nesse mundo globalizado são cosmopolitas, ou seja, são possuidores de habilidades para comandar recursos e operar para além de fronteiras e territórios muito amplos. São indivíduos que carregam cartões de embarque e passaporte que permitem a sua entrada nos locais mais diversos. Lideram empresas ligadas a cadeias globais e possuem habilidades portáteis e uma perspectiva global.

Embora o contexto supracitado seja real, ele é apenas uma parte da realidade, pois ao mergulharmos diretamente nas realidades e nos problemas sociais do mundo contemporâneo, encontraremos, todavia, razões e argumentos para nos opormos a essas tendências à homogeneização e exageros terminológicos de caráter ideologizantes.

* Graduado em Filosofia. Doutor em Sociologia. Professor do Departamento de Ciências Sociais da UFC.

A tentativa de homogeneizar leva a adoção de conceitos gerais que se transformam em reificações. Assim, quando nos ancoramos em um pedaço do mundo concreto, ou seja, quando nos localizamos em uma determinada realidade, como a vivenciada por camponeses no semiárido do Nordeste do Brasil ou em outro ambiente rural da América Latina, descobrimos a existência de formas de relações e produções não capitalistas, não globalizadas, retroalimentando-se com o mundo capitalista. A permanencia da ruralidade no mundo da globalização financeira nos chama atenção para a necessidade de um balanço teórico e prático sobre o processo de desenvolvimento.

As teorias que trataram da questão agrária, tanto na vertente socialista como na liberal, abordaram a economia camponesa associando-a ao atraso, como resíduo ou restos feudais a serem extintos pelo progresso. A visão de restos feudais e seu corolário, a estratégia de aliança operária-camponesa, se fundamentaram numa visão marxista que compreendia o processo histórico como sendo movido pelo desenvolvimento das forças produtivas. Para essa concepção, cada vez que o desenvolvimento das forças produtivas (avanços tecnológicos, divisão social do trabalho) dava um passo rumo ao progresso, os novos protagonistas emergentes (revolucionários) encontravam obstáculos nos agentes do processo de desenvolvimento anterior (reacionários); pois, em cada novo ciclo do modo de produção, há sempre uma classe de vanguarda que promove o desenvolvimento e cria novas instituições que se rivalizam com as velhas instituições ao longo do processo de modernização.

A associação direta entre desenvolvimento capitalista e a transformação do campesinato em assalariado (Lênin) encontra pouco respaldo empírico. E a teoria que prega a necessária inferioridade da agricultura familiar frente à concorrência das grandes empresas agrícolas e a inutilidade de qualquer ação política para atenuar o processo de definhamento do camponês (Kautsky) não é confirmada de todo. Enfim, o capitalismo se desenvolveu e atingiu a era da globalização financeira. Chegou, para alguns, à fase pós-industrial, mas o camponês não se transformou totalmente em assalariado, nem toda produção camponesa se mecanizou. A agricultura familiar e camponesa existe e se constitui, mais do que nunca, num desafio para o mundo contemporâneo[1].

1 A agricultura está tão viva no mundo contemporâneo que foi alvo das polêmicas na 5º Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comercio (OMC), realizada em

A questão agrária no Brasil

A problemática da ocupação, do uso e da posse de terras no Brasil remonta a invasão portuguesa, há meio milênio atrás. A discussão sobre as mazelas provocadas pelo latifúndio e a relação de poder dos grandes proprietários com seus subordinados se confundem com a história da evolução política e econômica do país. Todavia, a questão agrária se define com precisão a partir do século XIX, quando a incipiente *elite liberal* brasileira vê na escravidão um entrave para a expansão do mercado.

A reforma agrária como solução para expansão do mercado sempre foi tratada no Brasil como algo perigoso pelos detentores de poder e privilégios. A Lei das Terras (Lei Nº 601 de 1850), que substituiu o Regime Sesmarial (que proibia o acesso à terra aos hereges, gentios, negros, mouros, judeus e todos os que não fossem brancos de puro sangue e católico), impedia o acesso à propriedade da terra a quem não fosse detentor de grandes fortunas para pagá-las. Além disso, grandes extensões de terra de domínio público eram distribuídas na forma de privilégios, contribuindo para que a atividade agrícola fosse esvaziada, aumentando a pobreza e fazendo até mesmo o governo lastimar a falta de terras apropriadas para criação de programas voltados para a agricultura familiar e para migrantes[2].

Ao longo do tempo a reforma agrária ganhou várias formas e significados. Já foi defendida como mecanismo necessário ao desenvolvimento econômico e industrial; como política de segurança alimentar; como política de combate ao desemprego, à fome e à miséria; como política social de barramento do êxodo rural e como mera política de resgate da cidadania para trabalhadores rurais. A reforma agrária já se associou a temas como a modernização da

---

Cancun, México, in setembro de 2003, onde o sul-coreano Lee Hyang Hae ao conduzir um cartaz que dizia: "A OMC mata os agricultores, cometeu suicídio esfaqueando a própria barriga como protesto contra a política de subsídio adotada pelos EE.UU. e os países europeus".

2 Tal situação foi registrada num relatório preparado pelo Ministério da Agricultura em 1875 (Menezes e Souza, 1875: 153-154): "Desta concentração da propriedade nas mãos de alguns poucos resultam o abandono da agricultura nas zonas rurais, a estagnação ou falta de progresso na construção urbana, a pobreza e a dependência de grande parte da população que não encontrou terreno para suas atividades nem meios para se tornar proprietária e, finalmente, as dificuldades que impediam a administração de proporcionar localização cômoda e apropriada aos imigrantes".

agricultura; as mudanças de relações de trabalho no campo; a formação de uma classe média rural; as intervenções, colonização e assentamentos rurais em terras públicas e a criação de empresas coletivas (Medeiros, 1993).

A necessidade de reforma agrária sempre esteve presente na realidade brasileira. Conflitos sociais eclodiram em defesa de mudanças substanciais na forma de acesso à propriedade da terra, mas somente a partir do final da década de '50 as palavras latifúndio e latifundiário passaram a ter conotações pejorativas[3]. A reforma passou a suscitar interesse generalizado, embora pouca coisa fosse feita para efetivação democrática do acesso à terra.

O descontentamento com a concentração da terra antes da década de '50 não conseguia ter expressividade política e força suficiente para ser pautado na agenda das reformas econômicas e sociais do país. Em 1950, a Presidente Getúlio Vargas nomeou uma Comissão Nacional de Reforma Agrária (CNRA), coordenada pelo ministro da Agricultura, João Cleofas, com o objetivo de formular diretrizes fundamentais para uma reforma agrária no Brasil. O documento redigido pela comissão apontava como objetivos da reforma agrária: dar uma oportunidade a futuros proprietários de cultivar o solo, através da subdivisão dos latifúndios e do agrupamento de minifúndios, e valorizar o homem e a terra, de modo a garantir trabalho e uma existência condigna para todos. Como nos esclarece Smith (1971: 56):

> Por essa época era unânime a opinião de que o objetivo principal da reforma agrária era a melhoria na qualidade e no bem-estar do rurícola médio do Brasil o que, por sua vez, incluía a valorização do homem e ao mesmo tempo o aumento da capacidade produtiva da terra e o aperfeiçoamento das instituições que presidiam as relações do homem com a terra.

Dez anos após a nomeação da CNRA, em setembro de 1960, o Conselho Superior das Classes Produtoras publica no Rio de Janeiro

---

3 "Assim, ela [a reforma agrária] aparecia como eliminação de resquícios feudais, etapa essencial da revolução democrático-burguesa, ou mesmo como caminho para o socialismo, sempre significando um impulso ao desenvolvimento das forças produtivas que compõem, ao mesmo tempo, rompimento das estruturas de dominação tradicional. Também foi nesse contexto que passou a ser valorizada a produção familiar, tanto por influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e da Igreja, como da Aliança Para o Progresso" (Medeiros, 1993: 7).

um documento chamado *Reforma Agrária no Brasil*, no qual afirma que a industrialização ou mecanização da produção agrícola é a verdadeira mudança digna de ser chamada de reforma agrária. O que fica claro nessa concepção de reforma agrária é que a agricultura familiar e o pequeno produtor rural não deveriam ter espaço para se desenvolverem com autonomia. A classe dominante brasileira estava muito mais interessada em estimular a mecanização da agricultura sem, contudo, transformar a estrutura fundiária.

A concepção predominante nas esquerdas brasileiras, influenciadas por um marxismo dogmático, era de que ainda existiam uns *restos feudais* a serem superados, pois os mesmos emperravam o livre desenvolvimento das forças produtivas. Nesse sentido, a reforma agrária deveria ter como objetivo a eliminação dos latifúndios e a promoção da socialização das terras entre os que dela realmente faziam uso. Tais objetivos acelerariam o desenvolvimento do capitalismo, criando condições objetivas para uma revolução socialista[4]. Assim, numa primeira etapa, a burguesia industrial nacional era considerada um aliado porque tinha interesse na expansão do mercado interno. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), nas suas resoluções aprovadas no V Congresso, em 1960, dava prioridade à organização dos assalariados e semi-assalariados rurais, sendo a revolução brasileira considerada como de caráter antiimperialista e antifeudal.

Desenvolvendo uma tese contrária a defendida pelo PCB, Caio Prado Junior, em *A Questão Agrária no Brasil* (1979), afirma que não são obsoletas ou anacrônicas as forças que emperravam o desenvolvimento do capitalismo. Para ele, a existência de formas não monetárias de remuneração do trabalho no campo –realizada por meio da utilização de produto in natura ou pelo uso da terra para reprodução da sobrevivência– não representava a existência de restos feudais a serem superados, mas uma forma capitalista de trabalho que acontecia por conveniências práticas e circunstanciais, não por se constituírem em formas de renda pré-capitalistas.

---

4 "Nesse mesmo quadro político, gestou-se uma outra concepção de reforma agrária, que tinha por porta-voz a principal liderança das Ligas Camponesas, Francisco Julião. Partindo de análise semelhante à feita pelo PCB sobre a situação do campo, Julião acreditava que a reforma agrária, quebrando o poder do latifúndio e introduzindo o campesinato como ator político crucial, constituía o primeiro passo para uma revolução socialista no país. Não seria, pois, possível contar com o apoio de nenhum segmento da burguesia a essa luta" (Medeiros, 1993: 5).

O modelo nacional desenvolvimentista dos anos '60, no qual se articulava o debate sobre a reforma agrária, há muito está esgotado. O campo se modernizou em termos de assimilação de técnicas produtivas, a produção rural se reduziu drasticamente em relação à urbana, formas de relações trabalhistas que estavam na base da demanda por terra nos anos '60 foram alteradas, o capital financeiro se deslocou também para o setor fundiário, novos interesses se constituíram e novos personagens entraram em cena na luta pela posse da terra. Assim, a questão agrária no Brasil ficou mais avivada e complexa.

Em maio de 1985, o IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais exigia a alteração do modelo de desenvolvimento rural voltado exclusivamente para a agricultura industrial e propunha o fim do latifundiário e o incentivo à diversidade de culturas em detrimento das monoculturas de exportação. Para isso, defendia a participação dos trabalhadores e pequenos agricultores nas decisões de política agrícola. Nesse sentido, José Eli da Veiga (1991: 62) defende que o objeto estratégico da reforma agrária no Brasil devia ser o de favorecer o desenvolvimento da agricultura familiar. Diz ele:

> Precisamos de uma reforma agrária que desafogue os minifundistas, oferencendo-lhes a oportunidade de se tornarem agricultores viáveis; uma reforma agrária que transforme arrendatários em proprietários; uma reforma agrária que ofereça terra aos filhos dos proprietários; enfim, uma reforma agrária cuja diretriz central seja o fomento e o apoio à nossa agricultura familiar. Isso só será possível, evidentemente, se a política agrícola deixar de favorecer escandalosamente o segmento nacional patronal da agropecuária brasileira, que ganhou muita força nos últimos vinte anos devido ao apego de nossas elites ao modelo pré-fordista de crescimento.

Nessa mesma perspectiva, mas com uma visão mais global e comparativa, o estudo de Abramovay (1992: 21) argumenta que:

> A agricultura familiar é um fenômeno tão generalizado nos países capitalistas avançados que não pode ser explicada pela herança histórica camponesa, de fato, em alguns casos existentes: na verdade, o Estado foi determinante na moldagem da atual estrutura social do capitalismo agrário das nações centrais. É claro que esta intervenção só foi possível pela existência de uma estrutura produtiva pulverizada,

> diferentemente do que ocorria em outros setores econômicos. Mas coube às políticas agrícolas garantir esta atomização na oferta, imprimir estabilidade aos preços, de maneira a manter a renda do setor num patamar cada vez mais institucionalmente definido e no mínimo suficiente para assegurar produção abundante.

A luta pela reforma agrária é uma luta parcial pela democracia econômica. A conquista da terra é uma forma de justiça social. No Brasil, as estatísticas demonstram que foi durante o período de democracia política que ocorreu o mais significativo processo de desapropriação de terras para fins de reforma agrária. Todavia, a combinação da democracia política com justiça social é apenas uma possibilidade, não existe uma relação direta entre uma coisa e outra.

No Estado do Ceará, Nordeste do Brasil, a luta dos trabalhadores rurais nos fornece exemplos de que é possível melhorar as condições de vida sem ter uma participação política mais efetiva no poder local; há também exemplos de comunidades rurais que conquistaram uma participação política na esfera local e não melhoram sua qualidade de vida. Além desses dois casos, há também o caso de comunidades, como a do Mangue Seco, em que o engajamento cívico intensificou o capital social, produzindo uma relação mais equilibrada entre participação política e desenvolvimento econômico e social. Esse caso é o que é objeto de análise nesse artigo.

A democracia latino-americana

Na modernidade, os camponeses nunca foram tratados pela literatura política como classe de vanguarda ou grupo social capaz de conduzir o processo de organização de uma nova sociedade. Para o marxismo, o antagonismo central do capitalismo expressava-se na luta de classes entre burguesia e proletariado. Na América Latina, os movimentos ditos revolucionários, numa visão instrumental e etapista, defendiam uma aliança dos camponeses com a polêmica *burguesia nacional* com o escopo de transformar o camponês num assalariado criando as bases para formação de uma classe operária consciente do seu papel revolucionário. Pois, para os marxistas, somente a classe operaria industrial, produtora de mais-valia, poderia liderar a luta pela transformação social.

A luta pela democracia, principalmente a democracia liberal, e a luta por políticas públicas dividiam os movimentos sociais na

América Latina em reformistas e revolucionários. Os mais radicais acreditavam apenas na luta armada como forma de superação de todo autoritarismo, ou seja, como o único caminho para construção da liberdade e da igualdade social. Para eles, as eleições eram um instrumento usado pela burguesia para se legitimar no poder.

Ao longo da década de '80, a América Latina, ao mesmo tempo em que transitava de regimes autoritários e ditaduras militares para governos eleitos democraticamente, passava por profunda crise econômica. Além de enfrentar o colapso ou esgotamento do modelo de substituição de importação (nacional desenvolvimentismo), seus governos eram obrigados a implementar medidas para pagar a dívida externa contraída durante a década de '70, impondo sacrifícios à população, como recessão, desemprego e inflação galopante. Depois da década perdida (anos oitenta), veio a onda liberalizante das medidas econômicas voltadas para estabilizar e reestruturar as econômicas, mas que acabou se constituindo num laboratório de reprodução em massa de pobreza, exclusão social, violência, desnacionalização da economia, endividamento externo e ameaças, em alguns casos, de retrocesso para o processo de democratização.

As transições de regimes autoritários para uma situação de construção da democracia, bem como a simbólica queda do Muro de Berlim, vêm demonstrando que não há uma relação necessária entre consolidação da democracia política e justiça social. Na América Latina, mas do que em outro lugar, podemos perceber que precisamos de uma definição mais ampla de democracia. A realidade latino-americana nos coloca algumas indagações: é possível transformar as conquistas da democracia política numa espécie de *democracia econômica*? Se a lógica da liberalização econômica, ou seja, as demandas do mercado, aceleraram o processo de desigualdade social, a luta pelos direitos humanos seria um caminho para a justiça social? Que mecanismos sociais poderiam democratizar o mercado?

Na América Latina a transição democrática aconteceu em concomitância com a imposição de um ajuste estrutural fundamentado em argumentos técnicos neoliberais que foram apresentados como solução para crise do modelo nacional-desenvolvimentista. A consequência do ajuste estrutural foi a promoção da pobreza e criação de contrastes sociais extremos que se constituíram como empecilhos para o desenvolvimento econômico e para a consolidação do processo democrático. Nesse processo, a reforma econômica se impôs como absoluta, em detrimento da equidade social (desconcentração de renda,

terra e poder). Reabilitou-se uma crença, já empiricamente reprovada, de que o ajuste estrutural permitiria o crescimento econômico criando condições para o combate às desigualdades sociais.

Para Peter Grapp (1993: 4), na América Latina, a democracia ainda é uma fachada, existe um fosso entre o país legal e o país real que permite a presença do lobby, da corrupção e dos interesses privados de curto prazo sobre a legislação política e econômica. Para ele, um dos desafios postos para os latinos é a alteração da cultura política, pois:

> A cultura política tradicional é avessa a soluções de compromisso, é patriarcal e parece uma corte dominada por conspirações; concentra poder, cria arbitrariedade, favorece a dependência e impede a iniciativa. Uma cultura política moderna deveria incentivar o consenso e ser séria, transparente, igualitária e participativa; deveria levar a divisão e controle do poder, criar segurança jurídica, promover a liberdade e recompensar a iniciativa.

Ao se perguntar se uma democracia para existir e perdurar precisa estar ancorada por uma cultura democrática, Przeworski afirma que um país não necessita de uma cultura democrática para estabelecer instituições democráticas nem para sustentá-las. Para ele, é a riqueza e não a cultura que mantém as democracias vivas:

> [Fatores econômicos e institucionais são suficientes para gerar uma explicação] convicente da dinâmica das democracias sem que seja necessário recorrer à cultura [...] a probabilidade de sobrevivência da democracia aumenta monotonicamente com a renda per capita. Em países com renda per capita inferior a 1.000 dólares a probabilidade de que a democracia morreria durante um certo ano era de 0,126, o que implica uma expectativa de vida levemente superior a 8 anos. Entre 1.001 e 2.000 dólares, essa probabilidade era de 0,066, para uma duração esperada em torno de 18 anos. Acima de 6.000 dólares, as democracias podiam durar para sempre [...] Mesmo que o hábito da democracia gere uma cultura democrática, é a riqueza e não a cultura, que mantém as democracias vivas (Przeworski et al., 2003: 22-23).

O processo de transição de regimes autoritários para regimes de construção de processos democráticos na América Latina vem causando espanto e desconforto. Espanto porque se constata que o

fortalecimento da democracia política vem ocorrendo sem que as desigualdades sociais sejam amenizadas. Desconforto porque, para alguns, essa constatação quebra a harmonia teórica, ética e política, construída com base na convicção de que deveria existir (dever ser) uma relação positiva (relação lógico-dedutiva) entre democracia política e justiça social. Por trás do espanto e do desconforto encontra-se em xeque uma explicação da realidade que –ao criticar o modelo linear economicista de desenvolvimento que defendia ser a igualdade social resultado direto do crescimento econômico (a famosa teoria de fazer o bolo crescer para depois distribuir)– passou a acreditar que sem democracia política não haveria justiça social e/ou que sem desenvolvimento social haveria dificuldades de expansão econômica. Portanto, trata-se do espanto e desconforto de uma visão que, ao criticar o raciocínio linear economicista, caiu no raciocínio linear ético-político.

A dicotomia entre democracia política e justiça social é inerente à teoria política liberal. A disputa simbólica e material por uma concepção de democracia que compreenda, em seu conteúdo, a questão da justiça social e dos direitos humanos está posta na atual conjuntura latino-americana. A efetivação de uma concepção ampla de democracia exige uma nova concepção de desenvolvimento que seja capaz de enfrentar a crise peculiar à América Latina, sem passar pela trajetória do modelo de *welfare state*, que se encontra em crise nos países europeus. Trata-se de construir um modelo de desenvolvimento peculiar, sem seguir modelo, pois as diferenças sociais, culturais e econômicas devem ser o ponto de partida para o exercício da democracia e do desenvolvimento.

Os países latino-americanos são sistemas complexos[5] cujos fatores econômicos e não econômicos (produção, conhecimento, etnias, cultura, regime político, grau de dependência externa, rivalidades internas, meio ambiente e externalidades) são variáveis que se cruzam, se combinam e se retroalimentam de forma não totalmente conhecida ou que apresentam elementos de difícil domínio. Assim, não podemos ter certeza da medida em que um desses fatores afetará o

5 Para Edgar Morin (2000: 38), "complexus significa o que foi tecido junto; de fato, há complexidade quando elementos diferentes são inseparáveis constitutivos do todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico), e há um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre o objeto de conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, o todo e as partes, as partes entre si. Por isso, a complexidade é a união entre a unidade e a multiplicidade".

comportamento dos demais. Não podemos saber o valor exato de cada variável e de suas flutuações num processo de desenvolvimento o qual desejamos que seja ético e tecnicamente sustentável.

Ao falarmos de desenvolvimento em sociedades complexas, conceitos renascentes como o de *capital social* podem nos ajudar a compreender comportamentos não lineares de pessoas ou grupos. Esses se comportam contra supostos interesses objetivos, dando mais valor à recompensa emocional e espiritual produzida pelo reconhecimento social do que ao ganho de alguma vantagem material concreta.

É bem verdade que, frente ao ceticismo em relação à democracia representativa e ao crescimento da pobreza, tem-se produzido reflexões teóricas valiosas (John Rawls, Amartya Sen), mas limitadas à dimensão normativa, sendo pouco práticas. Nesse contexto, o conceito de capital social vem se constituindo como um elemento multidimensional de recomposição, sobretudo na esfera local, da capacidade associativa através da valorização de relações de confiança, reciprocidade, ajuda-mútua, solidariedade, pertencimento (domiciliar, territorial, étnico, gênero, religião) e alteridade.

A sociologia, enquanto ciência moderna, nunca tratou da transformação social a partir dos excluídos. Na realidade, não temos uma matriz teórica de transformação social que tenha os excluídos como sujeito. Na teoria social liberal, o sujeito das transformações sociais é o burguês, incluído no processo de produção como proprietário dos meios de produção. No pensamento marxista, o sujeito da transformação social é o proletariado; o empregado assalariado fabril, incluído no processo produtivo como produtor de mais-valia. Para Marx, do *Manifesto do Partido Comunista*, o lupemproletariado, "putrefação passiva das camadas inferiores" (Marx e Engels, 1987: 43) o excluído que vive na miséria, constituir-se-á, durante o processo revolucionário, num traidor da classe operária; estará mais disposto a deixar-se comprar pelas maquinações reacionárias, pois os excluídos nunca se tornam uma classe para si. A sociologia sempre classificou a ação política dos excluídos como sendo Messianismo, Sebastianismo (Canudos no Brasil); Banditismo[6]

6 Para Eric Hobsbawm (1976: 11): "O ponto básico a respeito dos bandidos sociais é que são proscritos rurais, encarados como criminosos pelo senhor e pelo Estado, mas que continuam a fazer parte da sociedade camponesa, e são considerados por sua gente como heróis, como campeões, vingadores, paladinos da justiça, talvez até mesmo como líderes da libertação e, sempre, como homens a serem admirados, ajudados e apoiados".

(Lampião, Pancho Villa e até o imaginário Robin Hood) e Vagabundos, Rebeldes ou Vadios (Lei dos Pobres na Inglaterra e a recente medida contra atos de invasão ou esbulho de imóveis rurais no Brasil –trata-se de uma medida MP N° 2.183-56 de 24/8/2001, que exclui do Programa de Reforma Agrária os trabalhadores que participarem de atos de ocupações de terra).

Frente à ausência de uma teoria de transformação social a partir dos excluídos e dentro de um contexto considerado por alguns como pós-industrial –onde os sujeitos são plurais e não são mais definidos apenas por classe social– a noção de capital social renasce como uma luz na formação de redes compostas por diversos atores sociais na afirmação de seus valores e interesses.

Para a teoria do capital social, a sociedade é formada pela interação de indivíduos e grupos que criam normas, estruturas, valores e redes (articulações de reciprocidade) cujos objetivos são aferir vantagens sociais. Portanto, o social não é apenas o somatório de ações individuais, independentes umas das outras, coordenadas por uma estrutura impessoal chamada mercado. O capital social, segundo Putnam (1996: 4),

> refere-se a características da organização social, tais como confiança, normas e redes que podem aumentar a eficácia de uma sociedade facilitando ações coordenadas [...] Confiança compreende uma previsão sobre o comportamento de um ator independente. Normas de reciprocidade generalizadas e redes de engajamento cívico estimulam a confiança social e a cooperação porque reduzem os incentivos a defecção, reduzem a incerteza e fornecem modelos para a cooperação futura.

Confiança e engajamento cívico estão fortemente correlacionados: quanto maiores as densidades de participação em associações, mais confiantes são seus cidadãos. Confiança e engajamento são duas facetas do capital social. Para Putnam, a vida é mais fácil numa comunidade com um estoque substancial de capital social, por várias razões: primeira, porque as redes de engajamento cívico criam normas vigorosas de reciprocidade generalizada e estimulam a emergência da confiança social. Essas redes facilitam a coordenação e a comunicação, amplificam reputações e assim permitem a resolução de dilemas de ação coletiva. Segunda, quando a negociação política e econômica está fundada em redes de interação social, reduzem-se os incentivos para o oportunismo e para o clientelismo. Terceira,

redes densas de interação ampliam o sentido da individualidade, desdobrando o eu no nós, ou na linguagem das teorias da escola racional, realçando o gosto por benefícios coletivos.

O conceito de capital social pode nos ajudar a explicar como ações de ajuda-mútua, reciprocidade, solidariedade e pertencimento podem ser ampliadas por retroalimentação, levando comunidades, como a de Mangue Seco, a sinalizar caminhos diferentes do individualismo e da competição inerentes à racionalidade instrumental vigente no mundo contemporâneo, que, além do declínio do homem público e das políticas publicas, provocam a corrosão do caráter humano (Richard Sennett).

O paradoxo entre democracia e justiça social acontece num momento de formação e consolidação de sociedades capitalistas pós-industriais (sociedade da informática), que são muito mais complexas do que as sociedades industriais (sociedade do trabalho), nas quais o conflito básico se dava entre burguesia e proletariado. Atualmente participamos da configuração de uma nova esfera de conflitos sociais, que vêm se deslocando do sistema econômico tradicional (fábrica) para a área social, étnica, de gênero e cultural. Os atores sociais são temporários e os conflitos cumprem a função de apontarem problemas numa determinada área ou interesses de determinados grupos. Eles se articulam em redes e têm como objetivo não apenas a igualdade de direitos, mas o direito de serem diferentes. Nesse sentido, o movimento camponês encontra na presente conjuntura um espaço para ser um sujeito coletivo atual, ganhando importância por si mesmo, vivenciando e publicizando o conflito social que lhe é peculiar no mundo contemporâneo.

A comunidade do Mangue Seco

No litoral Norte do Ceará, Nordeste do Brasil, em 1985, um conflito de terra culminou com a desapropriação de uma área para fins de reforma agrária e a criação do Assentamento Guriú, composto por três comunidades: Mangue Seco, Guriú e Córrego do Braço. Apesar do conflito ter ocorrido numa época em que eclodiram vários conflitos pelo pagamento da renda de acordo com a Lei (Estatuto da Terra), no caso do Guriú, uma região onde a estrutura fundiária é composta de minifúndios, a luta dos trabalhadores foi contra a especulação imobiliária, a grilagem de terra de posseiros e a apropriação indevida de terras tidas como devolutas. Essa prática

causava prejuízos aos direitos de propriedade e ameaçava a garantia de vida dos posseiros e moradores que há quase um século moravam e plantavam naquelas terras.

O processo de participação político-partidária da comunidade do Mangue Seco, uma das comunidades que faz parte do Assentamento Guriú, intensifica-se com o processo de emancipação política do Distrito de Jijoca que pertencia ao Município de Cruz[7]. A comunidade de Mangue Seco, quando foi transformada em assentamento, pertencia ao distrito de Jijoca, município de Acaraú. Em julho de 1985, Jijoca passou a pertencer ao recente Município de Cruz, que se emancipou de Acaraú. No início de 1991, Jijoca se emancipou de Cruz passando a se chamar Jijoca de Jericoacoara. A comunidade de Mangue Seco passou a ser, desde então, um dos povoados com maior número de eleitores do novo município.

A comunidade do Mangue Seco, nas primeiras eleições, aliou-se a Sergio Herrero Giménez, um espanhol que havia chegado na região na década de '70 e logo passando a explorar o turismo e a plantação de caju. Atualmente, é dono do maior complexo turístico da região. No processo de negociação de apoio à candidatura do espanhol, ficou acertado que o mesmo apoiaria a campanha de um membro da comunidade ao cargo de vereador. O escolhido pela comunidade foi Araújo Marques Ferreira, presidente da Associação Comunitária, que foi eleito vereador com 219 votos pelo Partido Democrata Cristã (PDC). Sérgio Herrero foi eleito pelo PDC com 1.921 votos. A eleição foi em 1992 e o espanhol, ainda, fez a maioria dos vereadores. A comunidade de Mangue Seco na época tinha a fama de ser a mais organizada da região: tinha uma loja comunitária de vendas, estava implantando os créditos de investimentos do Programa de Crédito da Reforma Agrária (PROCERA), 1993-1999, e tinha muito orgulho quando falava da sua luta pela conquista da terra e dos créditos. Beneficiando-se desse capital social e da falta de experiência dos vereadores eleitos, Araújo Marques Ferreira logo se tornou o primeiro assentado no Ceará a presidir uma câmara de vereadores.

---

7 Segundo dados do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE), o Município de Cruz foi criado em 8/7/85 e instalado em 1/1/86: antes, Cruz pertencia ao Município de Acaraú. Nessa mesma época, em 12/2/1985, foi criado o Município de Itarema, também desligado de Acaraú e instalado em 1/1/1986. Já o Município de Jijoca de Jericoacoara foi criado em 6/3/91 e a instalação se deu em 1/1/93.

Araújo Marques foi o primeiro vereador eleito da comunidade do Mangue Seco. Quando lhe entrevistamos, uma das nossas perguntas foi: Por que você resolveu entrar na vida política partidária e se candidatar?

> Nós vimos a necessidade de ter um representante da comunidade ou do assentamento na Câmara Municipal que pudesse defender o direito dos trabalhadores, eu entrei, fui escolhido pela comunidade para ser o seu representante e continua me achando um líder, não só como líder político mas como líder comunitário.

Continuando nossa entrevista lhe perguntamos: seu mandato de vereador serviu para incentivar a participação da comunidade na Prefeitura?

> Muito, inclusive elegendo o seu primeiro vereador, que tinha sido líder da comunidade, presidente da câmara municipal. Como presidente da câmara a organização do assentamento serviu como modelo para ser implantado a nível municipal, isso na questão da organização. É tanto que, após meu mandato, me candidatei a prefeito e fui eleito.

Nas eleições de 1996, Araújo Marques Ferreira foi escolhido por Sergio Herrero como o candidato dele a sua sucessão. Nesse período, a lei eleitoral proibia a reeleição e tornava inelegíveis o cônjuge e os parentes consangüíneos ou afins até o segundo grau. Ele foi eleito pela coligação PDT-PSD com 2.540 votos (52%) contra 1.299 votos (47%) do candidato do PSDB, Carlos Alberto Brandão, que tinha o apoio do governo do Estado. Com essa vitória, Araújo tornou-se o primeiro assentado a ser eleito prefeito no Ceará. Isso numa região onde as práticas políticas são muito conservadoras, não existe um engajamento cívico expressivo, não há a presença do Movimento do Sem Terra (MST). Onde o movimento sindical é muito débil e o Partido dos Trabalhadores (PT) quase não existe e, quando existe, não tem força e nem credibilidade. Nessa mesma eleição, Antonio Carlos Barbosa, o Cacau, outro assentado de Mangue Seco, foi eleito vereador com 280 votos, pela coligação PDT-PSD.

Foi de fundamental importância o apoio moral e político da comunidade do Mangue Seco na campanha de Araújo a prefeito. As lideranças da comunidade passaram a andar com ele nas comunidades, expondo o trabalho que ele havia desenvolvido como

líder comunitário no assentamento e como vereador, mostrando que ele vinha de uma experiência bem sucedida na comunidade e na câmara de vereadores. Com essa ação, as lideranças da comunidade do Mangue Seco estavam canalizando seu capital social[8] para eleger o seu representante prefeito municipal. Esse apoio foi tão importante quanto o apoio financeiro dado por Sérgio Herrero, pois passou confiança e credibilidade para as outras comunidades. A idéia de um assentado bem sucedido através da organização comunitária, ou seja, do engajamento cívico, influenciou bastante. Araújo enfrentou o preconceito e a rejeição dos comerciantes de Jijoca e dos donos de pousadas de Jericoacoara, que o consideravam um trabalhador rural sem qualificação para o cargo. Araújo perdeu em todas as urnas da sede do município e ganhou na maioria das urnas da zona rural.

Araújo foi eleito em outubro, e em novembro convocou um seminário de dois dias, com a participação de grupos políticos do município, da Igreja, do Sindicato, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e das comunidades. Esse seminário tinha a finalidade de elaborar um plano de trabalho para o município e indicar as principais prioridades das comunidades. Tal evento foi uma novidade na forma de fazer política na região.

Quando assumiu a Prefeitura, em janeiro de 1993, o novo prefeito tinha um plano. Se não era um plano, tinha um conjunto de idéias e prioridades elaboradas com a participação das lideranças do município. Durante a entrevista que ele nos concedeu perguntamos quais foram as prioridades apontadas pelo assentamento, ou seja, por sua comunidade:

> O que a comunidade achava necessário existir no assentamento, não fui eu pegando e levando do município pro assentamento. A comunidade decidiu o que era as suas prioridades e a gente ia implantando. A primeira prioridade seria a parte de saúde, a comunidade decidiu que queria médicos, enfermeira, dentista. Tinha a questão da educação: a melhoria na qualidade do ensino, a melhoria da infra-estrutura, a qualificação dos professores e o transporte para os que vinham fazer o segundo

8 Para Franco (2001: 52), capital social refere-se a capacidade das pessoas de uma da comunidade "de subordinar interesses individuais aos de grupos maiores. De trabalhar juntas visando objetivos comuns ou benefícios mútuos. De associar umas as outras e formar novas associações; e de compartilhar valores e normas: para formar grupos e organizações estáveis e para construir, compartilhar a gestão e, em suma, viver em comunidade".

> grau na sede do município. E no final do meu mandato implantei o 2º grau no assentamento.

O mandato do Araújo como prefeito foi considerado por todos na comunidade como muito bom. Em sua gestão não se falou em orçamento participativo ou gestão popular, mas, no final de seu mandato, as pesquisam indicavam que ele tinha 87% de aprovação. Um reflexo dessa aprovação é que um grupo de micro-empresários procurou-o para pedir-lhe que enfrentasse a reeleição. Mas ele preferiu honrar o acordo assumido com Sergio Herrero, no sentido de garantir seu retorno ao poder. Assim, nas eleições municipais de 2000, Araújo apoiou Sergio para prefeito e, juntamente com a comunidade do Mangue Seco, indicou o nome do vice-prefeito e de um vereador.

Numa assembléia geral realizada na comunidade, foram escolhidos os nomes do candidato a vice-prefeito e do candidato a vereador. Para vice-prefeito foi indicado o nome de Antonio Carlos Barbosa, o Cacau, que estava no final de mandato como vereador e era o mais experiente na política. Para candidato a vereador foi indicado o nome de Raimundo Barbosa Araújo, o Raimundo Justino, que, ao ser submetido ao teste de alfabetização exigido pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE), teve o seu nome indeferido e o nome de seu filho, Getúlio Araújo, indicado então para vaga.

A comunidade saiu das eleições municipais de 2000 com um assentado eleito vice-prefeito, Antonio Carlos Barbosa (o Cacau) e outro, Getúlio Barbosa de Araújo, eleito vereador com 301 votos, pelo PSD. Em Mangue Seco, tem muita gente que vota em candidatos de fora da comunidade, mas os candidatos apoiados pela associação comunitária sempre tiveram a maioria dos votos da comunidade.

Na pesquisa[9] para Identificação de Alguns Elementos de Construção do Capital Social, os dados sobre a participação e a confiança política da comunidade de Mangue Seco nos revelam o seguinte quadro.

---

9 A pesquisa foi realizada como parte do doutorado em sociologia da Universidade Federal, cuja tese foi defendida no ano de 2003. A pesquisa foi realizada no Assentamento de reforma agrária Guriú, situado no município de Jijoca de Jericoacora, Estado do Ceará, Nordeste do Brasil. Na comunidade do Mangue Seco, composta por 137 famílias cadastradas pelo INCRA, foram aplicados 21 questionários, ou seja, 15% do universo oficialmente cadastrado. Cada questionário representa uma família, sendo que 46% dos questionários aplicados foram respondidos por mulheres e 54% por homens.

Quanto à questão ¿você se interessa pela política?, apenas 14,3% têm bastante interesse pela vida política; 47,6% têm pouco interesse e 38,1% não se interessam.

Tabela 1
Do interesse pela política

Política interesse	Qt. cit.	Freqüência %
Bastante	3	14,3
Um pouco	10	47,6
Não se interessa	8	38,1
Total obs.	**21**	**100,0**

Fuente: Pesquisa do autor. Todas as tabelas aqui utilizadas fazem parte de uma pesquisa realizada pelo autor para obtenção do título de doutor em sociologia. A tese que teve como base à pesquisa tem como título: "Capital Social na Agricultura Familiar: Ações Cívicas Tecendo o Desenvolvimento".

¿Em tempo de eleições você faz campanha para os seus candidatos? 28,6% dos pesquisados fazem campanha para seus candidatos e 71,4% apenas votam mas não fazem campanha.

Tabela 2
Do envolvimento em campanha

Faz Campanha	Qt. cit.	Freqüência %
Sim	6	28,6
Não	15	71,4
Total obs.	**21**	**100,0**

Fuente: Pesquisa do autor.

Se você respondeu que sim na questão anterior, ¿então por que você faz campanha para os seus candidatos? Dos 28,6% que fazem campanha para os seus candidatos, 50% o fazem porque consideram o seu candidato o melhor; 16,7% porque é alguém da comunidade também; 16,7% porque é alguém que lhes fez um favor ou vai fazer, já 16,7% porque quer ganhar dinheiro dos políticos.

Tabela 3
Dos motivos para fazer campanha

Faz Campanha	Qt. cit.	Freqüência %
Quer sevingar de outros candidatos	0	0,0
É alguém da comunidades	1	16,7
É o melhor	3	50,0
É alguém da família	0	0,0
Lhe fez algum favor/vai fazer	1	16,7
Quer ganhar dinero dos políticos	1	16,7
Total obs.	**6**	**100,0**

Fuente: Pesquisa do autor.

¿Quando você escolhe alguém para votar, quais as características que você considera mais importantes num candidato? Na hora de escolher alguém para votar as características que foram consideradas, entre as opções oferecidas, foram: ter experiência e ser trabalhador, para 61,9%; ter lhe feito um favor ou a sua família, para 19%.

Tabela 4
Motivos que determinam a escolha do candidato

Características	Qt. cit.	Freqüência %
Ser da comunidades	2	9,5
Ter experiência e trabalhador	13	61,9
Ter instruçao elevada	1	4,8
Ser algém que você conhece	1	4,8
Ser indicado por alguém de confiança	0	0,0
Lhe ter feito ou a sua família	4	19,0
Ser do partido de sua preferência	0	0,0
Falar bem ou andar bem vestido	0	0,0
Total obs.	**21**	**100,0**

Fuente: Pesquisa do autor.

Em relação à questão "Alguns dizem que, no geral, devemos confiar nos nossos políticos e outros dizem que não, ¿você confia nos políticos de seu município?" Os políticos do município de Jijoca de Jericoacoara gozam de muita confiança, para 14,3% dos pesquisados, já 52,4% confiam mais ou menos, e 33,3% não confiam de jeito nenhum.

Tabela 5
Da confiança nos políticos

Confiança política	Qt. cit.	Freqüência %
Muito	3	14,3
Mais ou menos	11	52,4
De jeito nenhum	7	33,3
Não sabe	0	0,0
Total obs.	**21**	**100,0**

Fuente: Pesquisa do autor.

Em relação à questão "¿O prefeito do seu município se preocupa com o bem-estar da sua comunidade?" Para 28,6% dos pesquisados, o prefeito se preocupa muito com o bem-estar da comunidade; e para 61,9%, se preocupa mais ou menos.

Tabela 6
Da preocupação do prefeito com a comunidade

Preocupação do prefeito	Qt. cit.	Freqüência %
Muito	6	28,6
Mais ou menos	13	61,9
De jeito nenhum	0	0,0
Não sabe	2	9,5
Total obs.	**21**	**100,0**

Fuente: Pesquisa do autor.

Em relação à questão "Os vereadores do seu município se preocupam com o bem-estar de sua comunidade?" Para 9,5%, os vereadores se preocupam muito com o bem-estar da comunidade; já para 66,7%, os vereadores se preocupam mais ou menos e para 14,3%, acham que eles não se preocupam de jeito nenhum.

Tabela 7
Da preocupação do vereador com a comunidade

Preocupação do vereador	Qt. cit.	Freqüência %
Muito	2	9,5
Mais ou menos	14	66,7
De jeito nenhum	3	14,3
Não sabe	2	9,5
Total obs.	**21**	**100,0**

Fuente: Pesquisa do autor.

Em relação à questão "A prefeitura demonstra preocupação com a situação dos cidadãos do município?" Para 33,3%, a prefeitura se demonstra muita preocupada com a situação dos seus cidadãos; para 47,6%, a prefeitura se preocupa mais ou menos; e apenas 4,8% acham que ela não demonstra preocupação nenhuma.

Tabela 8
Da preocupação da prefeitura com a comunidade

Preocupação da prefeitura	Qt. cit.	Freqüência %
Muita preocupação	7	33,3
Mais ou menos	10	47,6
Não demonstram preocupação nen huma	1	4,8
Não sabe	3	14,3
Total obs.	**21**	**100,0**

Fuente: Pesquisa do autor.

Em relação à questão "Sua comunidade já sofreu perseguição política por parte de algum político?" Para 52,4% dos assentados, a comunidade já sofreu perseguição política; já para 4,8%, mais ou menos; mas para 19% nunca.

Tabela 9
Da perseguição política

Perseguição	Qt. cit.	Freqüência %
Já	11	52,4
Mais ou menos	1	4,8
Nunca	4	19,0
Não sabe	5	23,8
Total obs.	**21**	**100,0**

Fuente: Pesquisa do autor.

Na comunidade de Mangue Seco o interesse pela política é o mais elevado entre as comunidades que compõem o assentamento: 61,9% dos pesquisados tem interesse pela política, numa intensidade que vai de bastante a um pouco; apenas 38,1% afirmam não se interessar pela política. Um número elevado (28,6%) faz campanha política para seus candidatos. Desses, 50% fazem-no porque consideram o seu candidato o melhor; 16,7% porque os candidatos são da comunidade; e 33,4% porque se beneficiaram ou vão se beneficiar de um favor, ou ainda por dinheiro. Na hora de escolher alguém para votar predominam os seguintes valores ou características: ter experiência e ser trabalhador (9,5%); ter-lhe feito um favor diretamente ou a sua família (19%).

O grau de confiabilidade nos políticos e nas instituições é bastante elevado: 66,7% depositam confiança nos políticos do município, numa intensidade que vai de muita confiança a mais ou menos; mas 33% não confiam de jeito nenhum nos políticos. Já 90,5% acham que o prefeito se preocupa com o bem-estar da comunidade; 77,2% acreditam que os vereadores também se preocupam com o bem-estar da comunidade e 80,9% que a prefeitura se preocupa com o bem-estar da comunidade. Para os assentados da comunidade de Mangue Seco, a prefeitura se preocupa mais do que os vereadores com o bem-estar da comunidade. Esse fato talvez possa indicar que existe um processo de engajamento cívico na comunidade alimentado por uma intensidade de capital social que vem permitindo a construção de um capital político. Capital político, para Pierre Bourdieu (1989: 187-188),

> é uma forma de capital simbólico e crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras

> operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa –ou a um objeto– os próprios poderes que eles lhes reconhecem [...] Poder simbólico é um poder que aquele que lhe está sujeito dá aquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, uma fides, uma *auctoritas*, que lhe confia pondo nele a sua confiança. É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele exista.

A leitura da realidade, construída ao longo dos contatos com o assentamento, adota como pressuposto a concepção de que os assentados, antes de terem o domínio da terra, possuíam uma sociabilidade mediada por um conjunto de valores morais e culturais inerentes as suas relações de parentescos, práticas religiosas e relações materiais, que lhe consolidava uma identidade e um certo grau de capital social. A intensidade de capital social formulado a partir do seu modo de vida foi a responsável pela cimentação da coesão social na luta pela defesa da posse da terra. A luta pela conquista da terra impôs o conflito e o enfrentamento político direto com os que queriam grilar a terra. Nesse período, eles contaram com o apoio da Igreja Católica através das Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs), Sindicato de Trabalhadores Rurais, Comissão de Pastoral da Terra (CPT), Prefeita de Camocim e outros.

Com a conquista da terra, a ação do Estado se tornou mais presente. Podemos dizer que as políticas públicas, tais como assistência técnica, criação de uma infra-estrutura produtiva e de financiamento de custeio e investimento –capital humano e financeiro–, interagiram com o capital social comunitário, influindo de forma positiva no processo de melhoria da qualidade de vida dos assentados.

Na comunidade de Mangue Seco, a participação política dos assentados alterou a relação da prefeitura com a localidade, que hoje conta com uma infra-estrutura social muito melhor em comparação com outras comunidades rurais circunvizinhas e com muitos outros assentamentos do mesmo porte no Ceará.

A comunidade do Mangue Seco é composta por 137 famílias de agricultores e pescadores, mas com predominância da agricultura, onde as culturas de maior importância são o coco e o cajueiro. A plantação de coqueiro comunitário segue o padrão técnico moderno: espaçamento, adubação química e orgânica e uso de muda precoce, esse processo garante para a comunidade uma melhor qualidade e quantidade produzida por hectare no assentamento.

A comunidade possui rebanho bovino e caprino coletivos e individuais. As famílias se envolvem com o trabalho individual e coletivo. Mangue Seco é responsável pela maior parte da pesca de camarão do assentamento. Em 1993, ela produzia 75% de toda a produção de camarão do imóvel. Atualmente, possui a segunda melhor estrutura produtiva e a melhor estrutura social do assentamento.

Tabela 10
Estrutura produtiva da comunidade

Estrutura	Área (em m2)
Escola 1	769,30
Escola 2	1.357,20
Escola 3	515,91
Creche	867,10
Casa de farinha	951,50
Alojamento/salão de reuniões/garagem	3.240,00
Centro administrativo	1.028,60
Praça/Quadra esportiva	2.186,22
Posto de saúde	204,18
Total	**11.120,01**

Fonte: Pinto (1993).

A comunidade do Mangue Seco tem um posto de saúde onde são oferecidos os seguintes serviços: ambulatorial, consultas e pré-natal. O médico atende duas vezes por semana, às terças e sextas-feiras. A comunidade conta também com os serviços de duas agentes de saúde.

Além de uma creche, mantida pelo governo do Estado, que atende cem crianças entre 4 a 6 anos, na comunidade existem três escolas mantidas pela Prefeitura de Jijoca de Jericoacoara que atendia, em agosto de 2001, 398 alunos. Contava com 12 professores, um formado em pedagogia, sete estudantes de pedagogia, três com o segundo grau completo. Apenas quatro professores eram de fora da comunidade.

A nossa conclusão é de que, embora a comunidade do Mangue Seco apresente várias debilidades e não disponha ainda de um padrão de vida material extraordinário, o que ela possui como diferencial em relação às outras comunidades do assentamento e comunidades vizinhas foi conquistado com o uso e a influência do capital social individual e comunitário nela presente. Como diz Franco (2001: 50), a

presença do capital social facilita a prosperidade econômica e a boa governança porque:

> As sociedades, ou parte delas, exploram melhor as oportunidades ao seu alcance; as organizações tornam-se mais eficientes; os chamados custos de transação são reduzidos; as instituições funcionam melhor; reduz-se a necessidade do uso da violência na regulação dos conflitos; mais bens públicos e privados são produzidos; mais atores sociais são constituídos; a sociedade civil torna-se mais forte.

A capacidade de mobilização da comunidade de Mangue Seco se efetiva através de uma rede de sociabilidade horizontal e vertical (associação de moradores, grupo de jovens, trabalho coletivo, comissão de educação, grupo de produção, grupos religiosos, time de futebol, relações de compradrio) dentro da comunidade criando laços entre seus membros em torno do desenvolvimento comunitário (*bonding* ou capital social restrito). Há uma fraca articulação entre a comunidade e os grupos distintos do município em torno do desenvolvimento econômico, mas há uma relação mais intensa de algumas lideranças com outras lideranças políticas do município, em torno da política partidária (*brindging* ou capital social em desenvolvimento). Todavia, é inexistente o contato com outros agentes externos que os vinculem a uma dimensão mais ampla da política social e econômica (*linking* ou capital social ampliado). A articulação através de redes regionais, estadual, nacional e internacional pode ser um caminho para o fortalecimento do seu processo de desenvolvimento econômico e de sua autonomia política em relação as elites locais.

O capital social transformado em capital político pela comunidade do Mangue Seco vem fortalecendo as relações entre o poder público local, as lideranças políticas e a comunidade. Novas relações vêm influenciando na melhoria da qualidade de vida da comunidade, principalmente nas áreas de educação e saúde. O desafio posto é estruturação dessas relações em forma de redes, ampliando a cooperação, reproduzindo o capital social e promovendo o empoderamento de vários atores sociais no município e micro-região. Mesmo assim, é prudente levar em consideração que a mera presença de capital social numa comunidade não é garantia de desenvolvimento. Para que haja desenvolvimento econômico é preciso que o capital social participe de forma interativa com outras formas de capital.

Bibliografia

Abramovay, Ricardo 1992 "Paradigmas do Capitalismo Agrário" em *Questão* (São Paulo: Hucitec/Ampocs).

Bourdieu, Pierre 1989 *Poder Simbólico* (Lisboa: Difel).

Durston, John 2002 *El capital social campesino en la gestión del desarrollo rural. Díadas, equipos, puentes y escaleras* (Santiago: CEPAL) Nº 69.

Franco, Augusto 2001 *Capital Social* (Brasília: Instituto de Política/Millennium).

Grapp, Peter 1993 "A democracia como desafio no fim do século" em *Papers* (São Paulo: Fundação Konrad Adenauer-Stiftung) Nº 11.

Hobsbawn, Eric 1976 *Bandidos* (Rio de Janeiro: Forense-Universitária).

Kanter, Rosabeth Moss 1996 *Classe Mundial* (Rio de Janeiro: Campus).

Marx, Karl e Engels, Friedrich 1987 *Manifesto do Partido Comunista* (URSS: Edições Progresso).

Medeiros, Leonilde Servolo de 1993 *Reforma Agrária: Concepções e Questões* (Rio de Janeiro) mimeo.

Menezes e Souza, João Cardoso de 1875 *Theses Sobre Colonização no Brasil* (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional).

Morin, Edgar 2000 *Os setes saberes necessários à educação do futuro* (São Paulo: Cortez/UNESCO).

Pinto, Raimundo Cruz 1993 Sistema de Produção Agropecuário de uma Área Piloto do Projeto Pro-renda no Estado do Ceará-Assentamento Guriú, Fortaleza, mimeo.

Przeworski, Adam; Cheibub, José Antônio e Lomongi, Fernando 2003 "Democracia e cultura: uma visão não culturalista" em *Lua Nova* (São Paulo: CEDEC) Nº 58.

Putnam, Robert 1996 *Comunidade e democracia. A experiência da Itália moderna* (Rio de Janeiro: FGV).

Smith, Thomas Lynn 1971 *Organização Rural. Problemas e Soluções* (São Paulo: Editorial Pioneira).

Stédile, João Pedro (org.) 1997 *A Reforma Agrária e a Luta do MST* (Rio de Janeiro: Vozes).

Uribam Xavier, Francisco 1999 "Desenvolvimento Rural e o Projeto Cédula da Terra. Inclusão ou um Cavalo de Tróia?" (Fortaleza) mimeo. En <www.daterra.org.br>.

Veiga, José Eli da 1991 "Fundamentos do Agro-reformismo" em *Lua Nova* (São Paulo: CEDEC) Nº 23.